

Sinopse internacional n. 15, abr. 2011

<http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital>



BNDES

O banco nacional
do desenvolvimento

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Tipo/Sinopse_Internacional/

Nº 15 – Abril de 2011

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

Equipe: Ana Claudia Alem, Fabrício Catermol, Rodrigo Madeira, Simone Saisse e Renan Brandão

Apoio: Vicente Pereira e Leticia Pereira Carvalho

SUMÁRIO

Panorama mundial.....	1
Desempenho econômico recente.....	3
Estados Unidos.....	3
Europa.....	5
Japão.....	6
Países Emergentes.....	8
Box 1.1: A aceleração da inflação no mundo.....	10
Investimentos externos diretos no mundo e no Brasil.....	13
Tendências.....	13
Resultados gerais de 2010.....	14
Resultados regionais.....	16
Brasil: entrada recorde de IED em 2010 e expectativa de nova alta em 2011.....	17
Comércio exterior brasileiro.....	19
Box 3.1: Crise econômica e padrão de exportações em países da Europa.....	23
MATÉRIA ESPECIAL: Exportações brasileiras de bens de capital para a África: aspectos gerais, composição e principais destinos.....	24
Dinâmica recente das exportações mundiais para a África.....	26
As exportações brasileiras de bens de capital para a África: composição.....	27
As exportações brasileiras de capital para a África: destinos.....	29
Considerações Finais.....	31

1) PANORAMA MUNDIAL

O ano de 2010 se encerrou evidenciando uma situação mais sólida da economia global e o relevante papel das economias emergentes na sua recuperação. As maiores dúvidas continuaram pairando sobre o ritmo de recuperação das economias desenvolvidas. Por isso, a divulgação dos resultados obtidos pela economia norte-americana no quarto trimestre causou surpresa e foi bem recebida pelos mercados.

Estes resultados exibiram sinais de retomada do crescimento, que, mesmo não compartilhada por seus pares desenvolvidos, Japão e União Européia, pode ter significado uma ampliação das bases da recuperação e uma alteração do padrão de crescimento até então dicotômico entre países emergentes e desenvolvidos. Tal mudança ainda não confere homogeneidade ao ritmo de economia mundial, portanto, uma análise conjuntural não dispensa segmentações por países.

A Sinopse Internacional é de inteira responsabilidade de seus autores e não reflete a posição oficial do BNDES.

Fechamento da edição: 11/04/2011

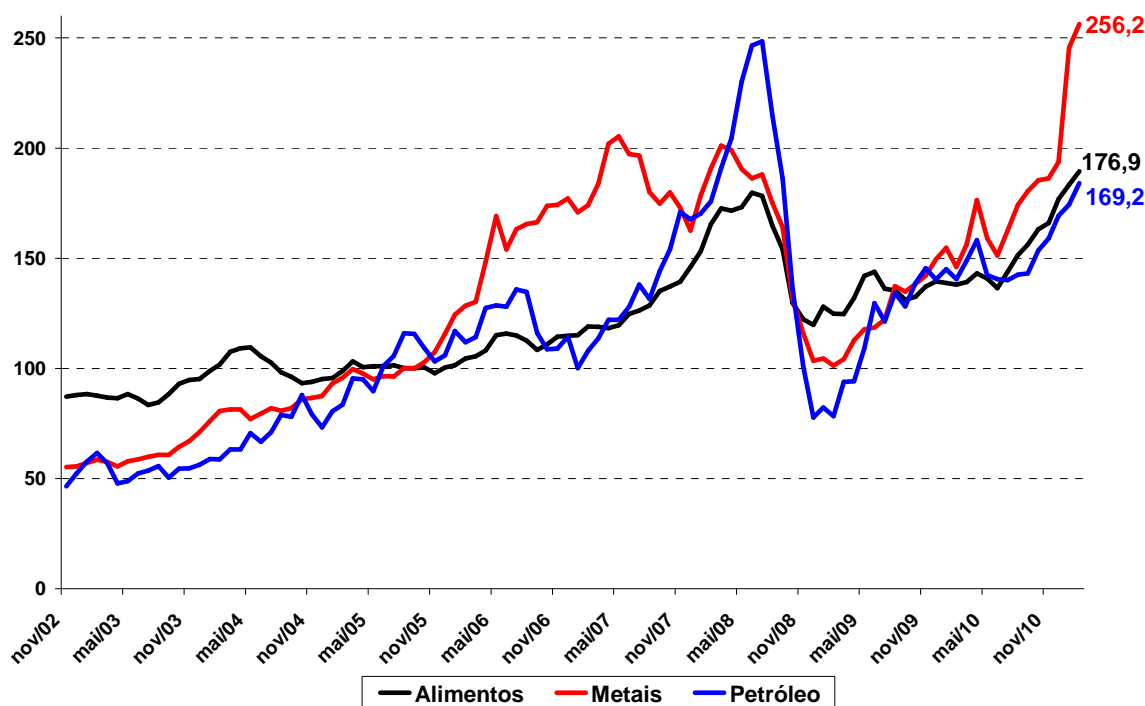
E-mail: sinopseinternacional@bndes.gov.br

Tel: 55 – 21 – 2172-7369

Para receber a Sinopse Internacional diretamente em seu e-mail, entre em contato conosco.

Alguns obstáculos e riscos se apresentaram à atividade econômica, dentre eles, o rigoroso inverno no hemisfério norte, as enchentes no Brasil e Austrália e, mais recentemente, os conflitos no mundo árabe e o terremoto no Japão. Como consequência, os preços de alimentos e do petróleo intensificaram suas trajetórias de alta e têm recebido a atenção dos formuladores de política econômica no mundo, especialmente nos países em desenvolvimento (ver Gráfico 1.1).

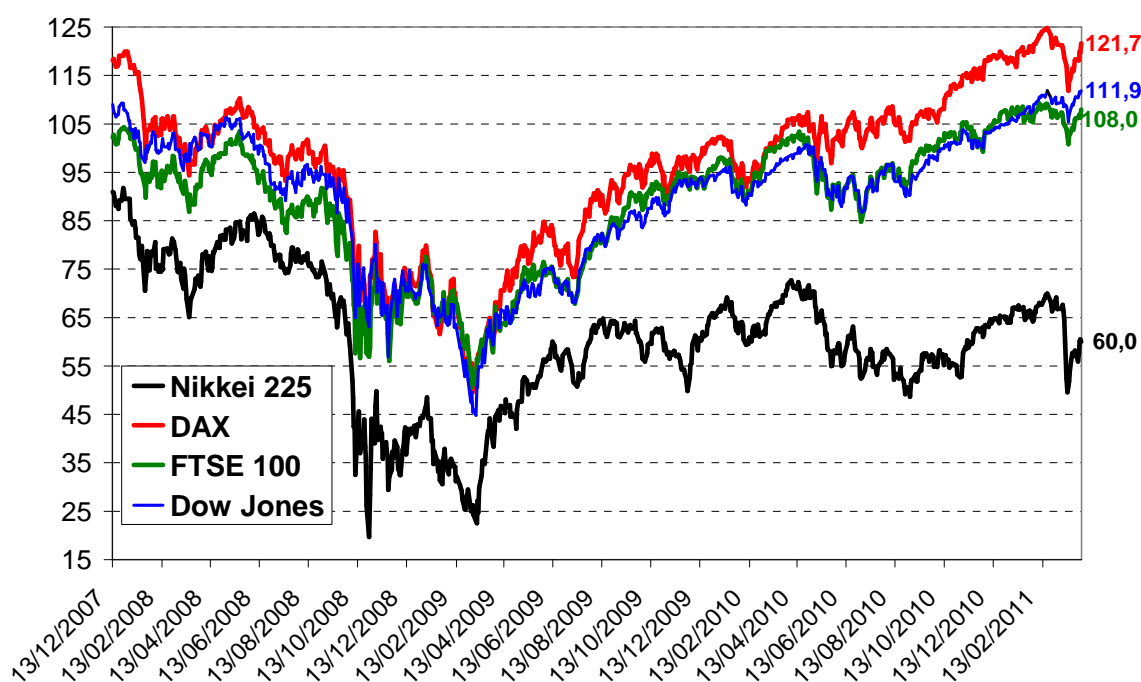
Gráfico 1.1: Índice dos preços das *commodities* (Base: Média de 2005=100)



Nestes países, dado o ritmo de crescimento mais elevado verificado ao longo do último ano, os índices de preços ao consumidor já apontam para o risco de uma aceleração inflacionária. Já nos países desenvolvidos, isto ainda não se configura como problema merecedor de destaque, principalmente porque ainda há alto grau de capacidade ociosa. Por mais que os índices de preços aos consumidores também tenham registrado altas consideráveis em virtude da influência do preço das *commodities* nos preços finais, os núcleos dos índices não se alteraram substancialmente e, por ora, os níveis elevados e persistentes de desemprego permanecem como foco principal de atenção.

Dado o aumento da liquidez internacional, influenciado pelas expansões monetárias dos países centrais, verifica-se tanto um aumento do fluxo de capitais para os países emergentes, quanto uma recomposição dos índices das principais bolsas, que se encontram próximos aos níveis pré-crise (ver Gráfico 1.2).

Gráfico 1.2 – Bolsas Mundiais (Base: 03/01/2007 = 100)



Fonte: Macrodados

Os Bancos Centrais dos países desenvolvidos observam que a dinâmica inflacionária revela uma mudança de preços relativos e, quanto a isso, a opção de política monetária contracionista seria tão impotente, quanto prejudicial. No entanto, não seria apenas a elevação dos juros um impedimento à expansão do produto, mas os próprios preços dos alimentos e do petróleo poderiam sê-lo, na medida em que reduzem a renda disponível para os gastos privados.

Dessa forma, para além dos riscos à segurança alimentar e energética, as altas nos preços dos alimentos e do petróleo se apresentam como principais riscos ao crescimento econômico mundial. A manutenção da trajetória desses preços pode comprometer o aumento dos gastos privados, impedindo uma substituição dos gastos públicos e agravando os problemas de financiamento dos governos.

Desempenho Econômico Recente

Estados Unidos

De acordo com a terceira estimativa do crescimento do PIB dos Estados Unidos, divulgada pelo seu Departamento de Comércio, a economia norte-americana cresceu a uma taxa anualizada de 3,1% no quarto trimestre de 2010, após crescimento de 2,6% no trimestre imediatamente anterior. A aceleração do crescimento foi acompanhada por uma mudança qualitativa da composição da taxa, dada a maior contribuição dos gastos com consumo privado, das exportações e do investimento fixo, parcialmente contrabalançadas pelos investimentos em estoques privados e pelos gastos do governo. As importações, que subtraem o cálculo do PIB, decresce-

ram. Estas mudanças de composição significam melhorias para a atividade econômica nos Estados Unidos, posto que refletem a saída gradual da intervenção do governo concomitante à maior participação privada e ao melhor resultado comercial do país.

Com estes resultados, o PIB real dos EUA cresceu 2,9% em 2010, ante a queda de 2,6% registrada em 2009. O esforço de desvalorização do dólar ainda não foi suficiente para impedir que as importações crescessem mais que as exportações ao longo do ano: as primeiras cresceram a uma taxa de 12,6%, enquanto as últimas cresceram 11,7%. O consumo pessoal cresceu 1,7%, o investimento fixo não-residencial, 6,8% e os gastos do governo, 1,0%, contribuindo positivamente para o resultado do ano. Na contramão, os investimentos residenciais recuaram 3,0%.

Um importante contratempo à continuidade do ritmo de recuperação da economia americana foram as pesadas nevascas que assolaram o hemisfério norte em janeiro e fevereiro. Seus efeitos se fizeram sentir sobre indicadores tanto do lado da demanda, quanto da oferta.

O valor das vendas no varejo cresceu 0,7% em janeiro, abaixo das expectativas do mercado. Em fevereiro, este crescimento foi de 1,0%. O mês de janeiro também apresentou crescimento do emprego abaixo da média de 100 mil postos de trabalho por mês que vinha se verificando, totalizando apenas 63 mil postos, de acordo com o Departamento de Trabalho. Os setores mais sensíveis ao clima foram os mais afetados, a exemplo da construção civil, que fechou 22 mil postos de trabalho em janeiro. Em fevereiro, houve compensação dos postos perdidos, com criação de 192 mil postos, sendo 33 mil deles na construção civil.

A taxa de desemprego também mostrou redução, ainda que em um ritmo menor do que o esperado: encerrou 2010 em 9,4%, passou para 9,0% em janeiro e 8,9% em fevereiro. O desemprego de fevereiro de 2010 havia sido de 9,7%. A rigidez do emprego, acompanhada da expansão do produto no quarto trimestre, permitiu a obtenção de ganhos de produtividade do trabalho na economia não-rural a uma taxa anualizada de 2,6% no período. A produtividade do trabalho no setor manufatureiro cresceu 5,9% nas mesmas bases de comparação.

Com relação ao índice de preços ao consumidor, o Departamento de Trabalho informou que houve inflação de 0,5% em fevereiro, com expressiva contribuição do grupo Energia, que registrou alta de 3,4% na passagem do mês. O grupo Alimentos também registrou variação superior ao índice geral ao registrar alta de 0,6%. Assim, o núcleo do índice, que exclui estes dois grupos mais voláteis e que vêm recorrentemente superando o índice global nos últimos meses, teve alta de 0,2%. Em 12 meses até fevereiro, a inflação ao consumidor foi de 2,1%, superada pela alta de 2,3% dos alimentos e de 11,0% da energia. O núcleo do índice teve variação de 1,1% no período.

Diante da recente dinâmica adquirida pela economia americana e pela inflação crescente, o Global Economic Monitor (IIF) ressalta as incertezas dos mercados

quanto ao comportamento do Fed, mas acredita que a autoridade monetária norte-americana não deverá agir de imediato no intuito de restringir altas de preços, sob o risco de também impedir a retomada da atividade econômica do país. Possivelmente, a primeira postura seria reduzir o ritmo de compra de ativos por parte da instituição, de forma que a meta de US\$ 600 bilhões para o programa seja alcançada mais para o final do ano.

O relatório também avalia que o pacote financeiro intitulado TARP, lançado em meio à crise financeira internacional como socorro a empresas de porte com problemas de liquidez, teve resultados positivos. À época de seu lançamento, havia o temor de que o governo expusesse suas finanças a perdas elevadas e acabasse futuramente por socializá-las. Ao final de janeiro, o Citigroup e o Bank of America, os dois maiores grupos beneficiados pelo pacote, já haviam retornado integralmente os valores investidos, juntamente com pagamentos de dividendos, juros e ganhos de capital que permitiram um retorno líquido de US\$ 19 bilhões ao tesouro. Nas condições atuais, se todos os investimentos feitos através do TARP fossem liquidados, os custos do programa seriam de apenas US\$ 53 bilhões de dólares ou 11% do total investido, mas se a tendência à valorização de ativos se mantiver, o pacote poderá render algum lucro ao governo e emitir sinais positivos aos mercados quanto às finanças públicas dos Estados Unidos.

Europa

Na zona do euro, a segunda estimativa do PIB do quarto trimestre divulgada pela Eurostat foi de crescimento de 0,3% na comparação com o trimestre anterior e de 2,0% na comparação com igual trimestre do ano anterior. Durante o quarto trimestre, o gasto com consumo cresceu 0,4%, a formação bruta de capital fixo recuou 0,6%, as exportações cresceram 1,8% e as importações, 1,1%. Com estes resultados, o PIB da zona do euro encerrou o ano de 2010 com crescimento de módico 1,7%, após recuo de 4,1% em 2009.

A recuperação europeia tem se mostrado dependente das condições externas, o que se reflete numa lacuna entre os indicadores de confiança dos empresários e dos consumidores. À medida que o emprego responda à melhoria das condições externas, é possível que esta lacuna se estreite e as condições internas à Europa apresentem melhorias mais significativas. Neste ínterim, o desempenho da balança comercial deve se sustentar pelo ritmo mais acelerado das economias emergentes e, mais recentemente, dos Estados Unidos.

À semelhança do que se verifica na economia norte-americana, as políticas econômicas não têm surtido o efeito esperado sobre o mercado de trabalho. Na zona do euro, a taxa de desemprego de janeiro foi de 9,9%, ante a taxa de 10,0% verificada em dezembro e janeiro de 2010.

Como riscos à atividade econômica dos países europeus, permanecem as incertezas quanto à sustentabilidade de suas dívidas soberanas. O conseqüente aperto

fiscal previsto para 2011 também deve conter as possibilidades de expansão do produto europeu.

No momento, as atenções se voltam para Portugal, que teve sua dívida soberana rebaixada sucessivas vezes pela S&P, Fitch e Moody's. Os últimos cortes nos *ratings* se seguiram à renúncia do Primeiro-Ministro José Sócrates em decorrência da rejeição do parlamento português de um plano de ajuste fiscal. A Fitch destacou em nota sua expectativa de que o governo português solicite ajuda a instituições como o FMI. Situação similar foi experimentada pela Grécia, que conseguiu através de seu esforço fiscal uma redução de 40% do déficit do governo central na comparação de 2010 com 2009. Apesar dos impactos sobre o PIB maiores que os previstos, o IIF estima que o déficit geral do governo deve ter ficado em 8,5% do PIB, recuando 0,7 p.p. em relação ao ano anterior. A Irlanda também sinaliza aos mercados um forte comprometimento com seu plano de reestruturação do sistema financeiro, tendo alcançado sua meta fiscal para o ano de 2010.

Japão

No Japão, o Departamento de Estatísticas informou que houve queda de 0,3% no PIB do quarto trimestre na comparação com o trimestre imediatamente anterior. O resultado pode ser atribuído ao fim dos estímulos econômicos oferecidos pelo governo até o terceiro trimestre de 2010. Assim, a economia japonesa encerrou 2010 crescendo 3,9%, taxa bastante reduzida quando se considera a queda de 6,3% registrada em 2009. Ao fraco desempenho econômico do país, somaram-se desafios de difícil solução.

O pior terremoto já registrado no Japão e a conseqüente *tsunami* no dia 11 de março causaram danos irreparáveis, ceifando a vida de talvez mais de 10.000 pessoas. A tragédia foi amplamente registrada e divulgada pelas mídias, não deixando dúvidas quanto a sua gravidade. As incertezas se concentram na capacidade da potência econômica japonesa se reerguer e na própria mensuração dos impactos econômicos para o país e para a economia mundial. Sabe-se que os danos econômicos foram substanciais, tanto para o estoque de capital, quanto para o capital humano. Acredita-se que os prejuízos econômicos superem os decorrentes do terremoto de Kobe, em 1995, podendo chegar a um valor superior aos US\$ 300 bilhões, mas ainda é cedo para precisar as reais magnitudes do ocorrido.

Em publicação do IIF divulgada em 15 de março, procurou-se predizer as dificuldades econômicas que se apresentariam após o episódio. Com base em eventos contingentes e catástrofes naturais anteriores, traçou-se um padrão para a manifestação de conseqüências.

Os principais efeitos adversos sobre o bem-estar não se farão notar no PIB, uma vez que este mede apenas o fluxo de bens e serviços num dado período. Efeitos sobre o produto geralmente são transitórios e em grande parte compensados pela elevada demanda por reconstrução. Como mencionado, os maiores efeitos deletérios sobre o bem-estar advirão das perdas pela destruição de estoque de capital.

Entretanto, no curto prazo, os principais canais pelos quais o PIB deve ser reduzido devem ser:

- perdas de capital na região imediatamente afetada pelo desastre, impedindo qualquer produção local;
- gargalos nas cadeias produtivas, especialmente do setor manufatureiro;
- queda nas confianças do consumidor e do produtor; e
- redução na oferta de energia, insumo essencial e crítico para a maioria dos processos produtivos do país.

Este último canal deve ser particularmente mais relevante, dada a seqüência de acidentes nucleares na usina de Fukushima e o desligamento de outras usinas após o terremoto. O imediato racionamento energético obrigou o fechamento de plantas das maiores indústrias manufatureiras japonesas, como Honda, Toyota, Sony, Panasonic,... No entanto, a maioria dessas empresas já religou suas fábricas.

Dadas as próprias dificuldades enfrentadas pela economia japonesa e acentuadas pela crise econômica mundial, a capacidade instalada apresentava baixos graus de utilização, o que permite o deslocamento da estrutura produtiva das áreas mais afetadas para as menos afetadas.

As projeções do IIF constantes na publicação mencionada são de retrações na atividade econômica japonesa limitadas aos meses de março e abril. Espera-se que a produção industrial se contraia 5% em março e, em seguida, avance 2% em abril. Dado que a maior parte da produção do primeiro trimestre já havia se completado e devido ao efeito *carryover*, o IIF revisou para baixo as previsões do crescimento do PIB na margem em 1% para o primeiro trimestre e 2% para o segundo trimestre do ano. Espera-se que o esforço do governo pela reconstrução promova uma expansão do PIB de 1% e 2% no terceiro e quarto trimestres, respectivamente. Assim, o efeito líquido para o ano de 2011 seria ligeiramente negativo.

Desde o episódio do terremoto, o governo japonês já anunciou uma série de medidas para financiar a reconstrução do país: recursos do fundo para desastres foram liberados e o Banco do Japão iniciou um programa de recompra de títulos públicos. Apesar de ser unânime a importância de ampla atuação do governo, surgem dúvidas quanto à capacidade fiscal do país, que já apresenta uma trajetória de dívida considerada insustentável. Acredita-se na necessidade de consolidação fiscal no médio prazo e aventa-se a possibilidade de o governo japonês encontrar dificuldades para financiar seus déficits pela colocação de títulos às taxas de juros praticadas.

Até o momento, as expectativas dos mercados são de que as conseqüências negativas do terremoto fiquem confinadas ao Japão, não apresentando riscos à economia mundial. Existe, no entanto, a possibilidade de crises de confiança se generalizarem e aumentarem ainda mais a aversão ao risco, já elevada em decorrência dos conflitos na região do Oriente Médio e Norte da África.

Alguns impactos de escala global se fizeram sentir sobre os mercados de *commodities* energéticas. As reações imediatas após a catástrofe fizeram os preços do

petróleo, do gás e do carvão recuarem, dada as expectativas de redução do crescimento japonês. No entanto, alguns desses preços tornaram a se elevar rapidamente pelo possível aumento da demanda japonesa por fontes energéticas alternativas, em substituição à parcela da matriz energética atendida pelas usinas nucleares e, principalmente, pela intensidade dos conflitos na Líbia.

Considerando o elevado grau de abertura comercial japonês, a integração desta economia às cadeias produtivas globais e o fato do país ser um grande investidor estrangeiro direto nas demais economias, evidencia-se a existência de riscos adicionais à recuperação econômica mundial, que ainda não podem ser completamente compreendidos.

Países Emergentes

De acordo com as estimativas do FMI, divulgadas no *World Economic Outlook* de abril de 2011, as economias emergentes teriam crescido em sua totalidade 7,3% no ano de 2010, sendo de 6,1% o crescimento estimado para a América Latina e Caribe, e de 9,5% para a Ásia (ver Tabela 1.1). A força da recuperação destas economias foi assegurada por estímulos governamentais, removidos à medida que os sinais de aquecimento, aceleração inflacionária e elevação dos déficits em conta corrente se fizeram notar.

Tabela 1.1: Projeções do crescimento mundial (%)

	FMI				Projeções IIF	
	2009	2010	2011p	2012p	2011p	2012p
Mundo	-0,5	5,0	4,4	4,5	3,1	3,2
Economias Avançadas	-3,4	3,0	2,4	2,6	2,2	2,3
EUA	-2,6	2,8	2,8	2,9	3,4	3,2
Zona do Euro	-4,1	1,7	1,6	1,8	1,5	1,6
Alemanha	-4,7	3,5	2,5	2,1	-	-
França	-2,5	1,5	1,6	1,8	-	-
Reino Unido	-4,9	1,3	1,7	2,3	-	-
Japão	-6,3	3,9	1,4	2,1	1,2	1,6
Economias em Desenvolvimento	2,7	7,3	6,5	6,5	6,2	6,1
Brasil	-0,6	7,5	4,5	4,1	4,8	5,2
México	-6,1	5,5	4,6	4,0	3,7	3,9
China	9,2	10,3	9,6	9,5	9,5	9,0
Índia	6,8	10,4	8,2	7,8	8,0	8,0
Rússia	-7,8	4,0	4,8	4,5	3,9	3,6

FMI (World Economic Outlook) e IIF (Global Economic Monitor)

Grande parte das pressões inflacionárias nestes países tem origem na inflação de alimentos, que, segundo a ONU, cresce a uma média de 4,6% desde meados de 2010. Uma vez que os alimentos têm peso relativamente alto nas cestas de consumo dos países em desenvolvimento, a alta desses preços se torna um grave problema para as autoridades monetárias, além de implicarem em pobreza das populações.

Diante das pressões inflacionárias, as autoridades monetárias das economias emergentes já iniciaram, em sua maioria, um aperto monetário que tende a agravar

outro problema: a apreciação cambial. A liquidez originada em economias que ainda dependem de estímulos econômicos vem abrindo espaço para operações de *carry-trade*, elevando os fluxos de capitais para as economias emergentes.

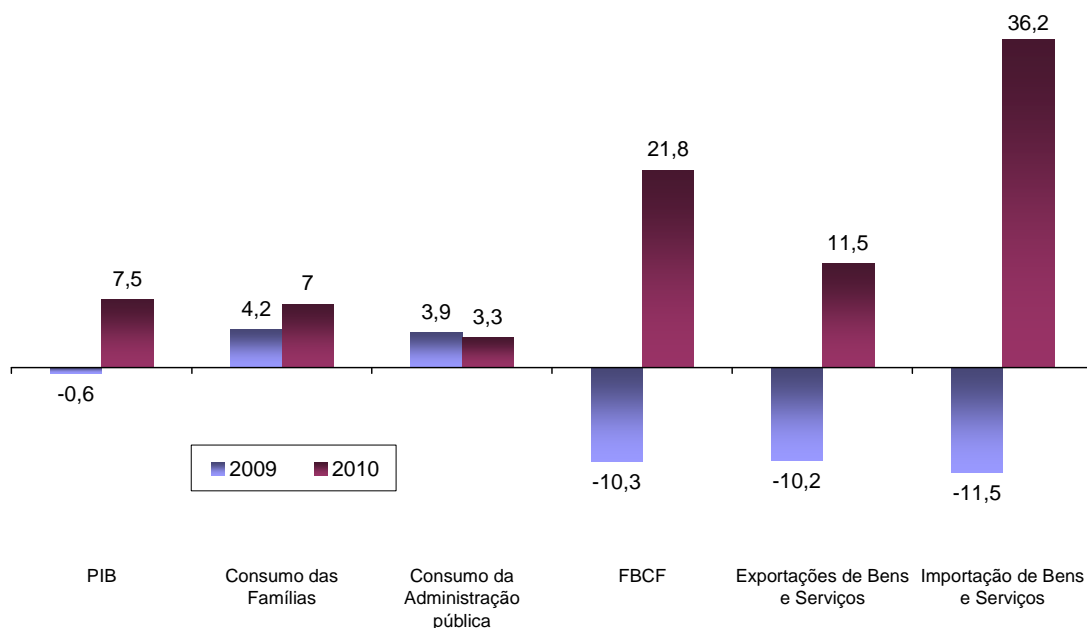
Dado que não houve qualquer avanço na tentativa de coordenar ajustes das taxas de câmbio no âmbito do G-20, algumas economias emergentes tentam postergar o início do aperto monetário e tentam se valer de medidas de controles de capitais num esforço de descontinuar a apreciação de suas moedas, enquanto outras se balizam apenas pelas metas inflacionárias e vêem na apreciação cambial mais um instrumento para conter as altas de preços.

A China, após verificar um salto no crescimento de seu PIB de 9,2% em 2009 para 10,3% em 2010, passou a apertar sua política monetária como forma de interromper a escalada de preços aos consumidores. A taxa de inflação de 12 meses chegou a 4,9% em fevereiro, amplamente afetada pela componente de alimentos, que se elevou 11% em igual período. Em meados de fevereiro, a autoridade monetária elevou a taxa básica de juros pela terceira vez em quatro meses, além de ter elevado as taxas de reservas compulsórias. Ainda com a alta dos juros, o governo chinês tem se mostrado relutante quanto a uma possível apreciação do câmbio como instrumento de controle da inflação, arranjo que só é possível mediante utilização de fortes controles de capitais. Como consequência da política monetária contracionista, as projeções para a economia chinesa no biênio 2011-12 foram revisadas para baixo sucessivas vezes.

No Brasil, o PIB apresentou crescimento real de 0,7% no quarto trimestre na comparação com o trimestre anterior, encerrando 2010 com o crescimento de 7,5% ante 2009 (ver Gráfico 1.3). A maior contribuição para tal resultado veio da Formação Bruta de Capital Fixo, que cresceu 21,8% no ano.

Apesar do aumento da capacidade produtiva, houve aceleração da inflação principalmente devido aos choques de oferta de alimentos (ver Box 1.1), que levou o Banco Central a elevar a taxa SELIC em 0,5 p.p. em janeiro e em março. Com os juros mais elevados e a demanda doméstica aquecida, o influxo de capitais tende a se intensificar, apreciando ainda mais o real. O governo brasileiro não pretende defender qualquer taxa de câmbio como faz a China, mas a fim de evitar a perda de competitividade das exportações brasileiras e uma eventual deterioração da conta corrente, algumas medidas foram adotadas no intuito de conter a apreciação cambial (ver Tabela 1.2).

Gráfico 1.3: Componentes da Demanda
Taxa de variação em relação ao ano anterior (%)



Fonte: IBGE

Tabela 1.2: Governo reafirma a flexibilidade do câmbio, mas adota medidas graduais para evitar a apreciação excessiva do real frente ao dólar

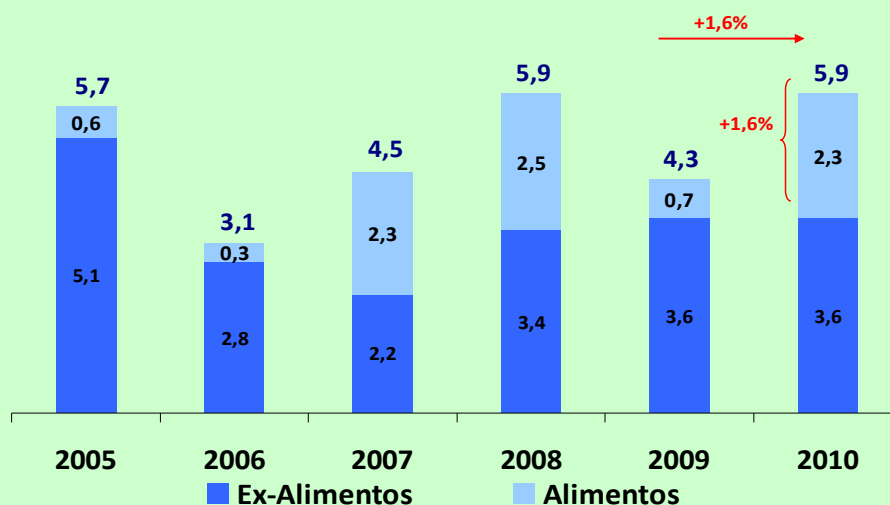
19/10/2009	Instituição de alíquota de IOF de 2% sobre capital estrangeiro e renda fixa variável. IED permanece isento;
05/10/2010	Aumento da alíquota de IOF sobre capital estrangeiro em renda fixa de 2% para 4%
19/10/2010	Aumento da alíquota de IOF sobre capital estrangeiro em renda fixa de 4% para 6%. Aumento da alíquota sobre a margem de garantia de investimentos estrangeiros em derivativos de 0,38% para 6%;
07/01/2011	Instituição de recolhimento compulsório sobre posição vendida de câmbio dos bancos;
10/01/2011	Fundo Soberano autorizado a comprar derivativos;
14/01/2011	BC retoma os leilões de Swap Cambial Reverso;
31/01/2011	BC realiza o primeiro leilão de câmbio a termo.

Fonte: Ministério da Fazenda

Box 1.1: A aceleração da inflação no mundo

Após a estabilidade dos índices de inflação em 2009, a inflação mundial, que apontava para o mesmo comportamento em 2010, foi fortemente influenciada pela aceleração dos preços dos alimentos nos dois últimos trimestres do ano. A elevação da inflação de alimentos, que estava acontecendo nos anos de 2007 e 2008, foi interrompida pela recessão mundial em 2009 e, em 2010, com a retomada das economias, recomeçou o seu ciclo de alta. Segundo o FMI, os preços dos alimentos aumentaram cerca de 30% nos últimos 6 meses de 2010. No Brasil, esse aumento refletiu-se num desvio da inflação do centro de sua meta.

Gráfico 1: Índice de Preços ao Consumidor - Brasil



Em uma análise detalhada dos índices de preços de *commodities* específicas que são acompanhadas pelo FMI, é possível constatar que os seguintes grupos de alimentos tiveram a maior elevação em seus preços: cereais, óleos vegetais e farinhas de proteínas, e açúcar.

O desvio da meta de inflação estabelecida pela política monetária não foi exclusividade da economia brasileira. Diversos países, principalmente os emergentes, que adotam o regime de metas de inflação explicitamente, ou que possuem metas implícitas de inflação, como é o caso de alguns países da Europa, não conseguiram atingir o seu objetivo de política monetária (Tabela 1). No caso europeu a meta implícita é o teto estabelecido pelo Banco Central Europeu (BCE) de 2%. Os EUA têm uma meta implícita de 2%.

Na tabela 1 é possível observar que o desvio da meta, apesar de preponderar entre países emergentes, também acometeu alguns desenvolvidos, com destaque para o Reino Unido que superou em 85% ou 1,7 p.p. a sua meta. A Grécia, que ainda se encontra em situação econômica delicada, foi a que mais superou em percentagem a sua meta, em 160%.

Em pontos percentuais, a Romênia se destacou negativamente, com um afastamento de 4,5 p.p., que resultou em um desvio percentual menor do que a Grécia devido a sua meta mais elevada. No entanto, cabe ressaltar que a Grécia se encontra sob as regras monetárias mais rígidas da Zona do Euro, enquanto a Romênia tem um regime de metas explícitas definidas pelo seu próprio Banco Central. A economia campeã de crescimento, a chinesa, não conseguiu cumprir a sua meta, apresentando um desvio superior ao registrado na economia brasileira.

Na parte inferior da tabela, destaque para as Filipinas, que cumpriu a sua meta com folga, e para a Turquia, que adotou o regime de metas apenas em 2006 e,

apesar da recentidade, conseguiu cumprir a meta estabelecida pelo seu Banco Central.

Os desvios com relação à meta devem ser ponderados por diversos aspectos como: 1) nível de credibilidade dos Bancos Centrais; 2) peso dos itens alimentícios na cesta (nos países menos desenvolvidos os alimentos têm maior peso); 3) economias mais aquecidas (atualmente, as emergentes) permitem maior repasse de preços; entre outros. Portanto, esses resultados devem ser relativizados.

Tabela 1: Índices de Preços ao Consumidor de diversos países e suas metas (2010)

	Metas 2010*	Inflação	Desvio da meta (%)	Desvio da meta em p.p.
1 Grécia	2,0%	5,2%	160,0%	3,2
2 Romênia	3,5%	8,0%	127,4%	4,5
3 Nova Zelândia	2,0%	4,0%	100,0%	2,0
4 Reino Unido	2,0%	3,7%	85,0%	1,7
5 Sérvia	6,0%	10,3%	71,7%	4,3
6 Hungria	3,0%	4,7%	56,7%	1,7
7 China	3,0%	4,6%	53,3%	1,6
8 México	3,0%	4,4%	46,7%	1,4
9 Indonésia	5,0%	7,0%	40,0%	2,0
10 Uruguai	5,0%	6,9%	38,0%	1,9
11 Israel	2,0%	2,7%	35,0%	0,7
12 Brasil	4,5%	5,9%	31,1%	1,4
13 Portugal	2,0%	2,5%	25,0%	0,5
14 Polônia	2,5%	3,1%	24,0%	0,6
15 Canadá	2,0%	2,4%	20,0%	0,4
16 Coreia do Sul	3,0%	3,5%	16,7%	0,5
17 Suécia	2,0%	2,3%	15,0%	0,3
18 Noruega	2,5%	2,8%	12,0%	0,3
19 Austrália	2,5%	2,7%	8,0%	0,2
20 Colômbia	3,0%	3,2%	6,7%	0,2
21 Peru	2,0%	2,1%	5,0%	0,1
22 Chile	3,0%	3,0%	0,0%	0,0
23 Turquia	6,5%	6,4%	-1,5%	-0,1
24 África do Sul	4,5%	3,4%	-24,4%	-1,1
25 EUA	2,0%	1,5%	-25,0%	-0,5
26 República Tcheca	2,0%	1,5%	-25,0%	-0,5
27 Filipinas	4,5%	3,0%	-33,3%	-1,5

Fonte: Bancos Centrais dos países e Macrodados. Elaboração própria.

*Foi utilizado o centro da meta. Para os países que trabalham com intervalos de taxas como metas, foi considerado o valor intermediário.

Com esse processo de aceleração inflacionária, diversos países em desenvolvimento, entre eles Brasil, Chile, China, Hungria, Peru e Polônia, já iniciaram um aperto monetário, com a elevação das suas taxas de juros. Mesmo países desenvolvidos já estudam um aumento das mesmas. Os preços dos alimentos, no entanto, não desaceleraram nos dois primeiros meses de 2011, registrando alta de 7% no período. Em março de 2011, os preços dos alimentos ensaiaram uma queda, mas ainda é muito cedo para apontar essa trajetória como tendência.

2) INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS NO MUNDO E NO BRASIL

Tendências: crescimento ainda hesitante dos fluxos globais de investimento

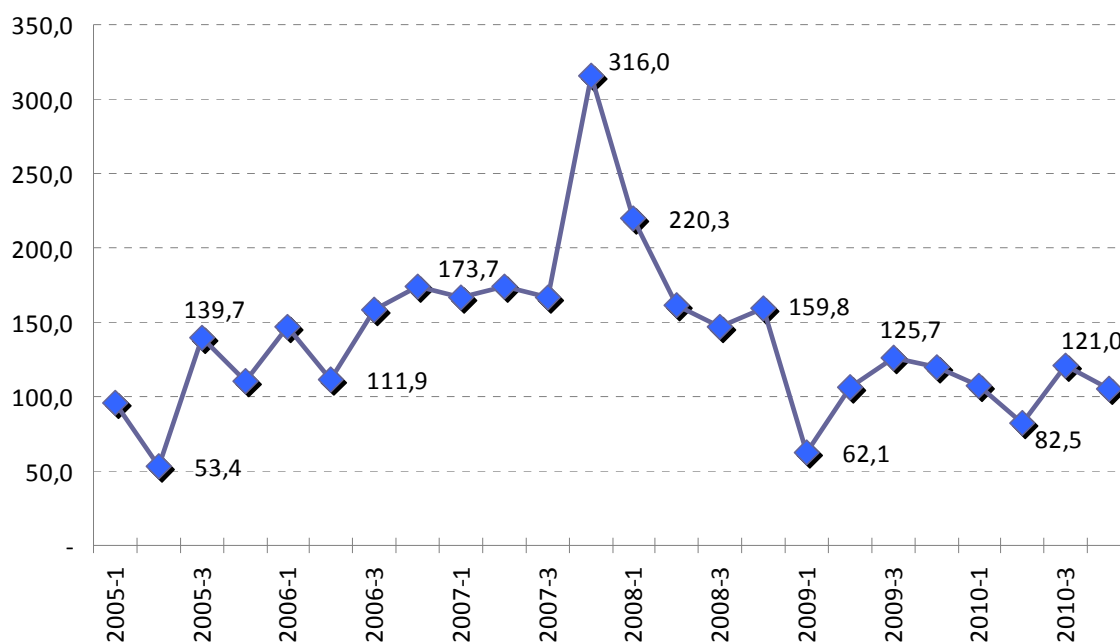
De acordo com as estatísticas, ainda preliminares, da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento – UNCTAD, os fluxos de entrada de investimento externo direto (IED) totalizaram US\$ 1,12 trilhão em 2010, apenas ligeiramente acima do total de US\$ 1,11 trilhão registrado em 2009. Se confirmado, o resultado implica alguma frustração das expectativas reveladas pela UNCTAD, no fim do ano passado, de que os fluxos de investimento direto chegassem a US\$ 1,2 trilhão.

O índice trimestral de investimento externo global, no qual a UNCTAD baseia suas estimativas de tendência, mostrou comportamento errático no segundo semestre, com crescimento de 46,7% no terceiro trimestre em relação ao segundo, seguido por queda de 13,0% no quarto trimestre.

A evolução do índice trimestral nos últimos dois anos sugere que os fluxos de investimentos diretos encontram dificuldade para sustentar o crescimento, após a queda acentuada que se seguiu à crise (ver Gráfico 2.1). A média para o período se encontra 3,8% acima daquela de 2005, que serve de base de comparação para a construção do índice, mas é 67,2% inferior ao pico registrado no quarto trimestre de 2007 (ano em que os fluxos globais chegaram ao nível recorde de US\$ 2 trilhões), mostrando que, no que diz respeito aos fluxos de investimento direto, a saída da crise não está se dando em formato de V. Como se verá, no entanto, esse desempenho agregado esconde grandes diferenças regionais.

Para 2011, as estimativas da UNCTAD permanecem na faixa de US\$ 1,3 a US\$ 1,5 trilhão com base nos pressupostos de que o crescimento dos lucros das empresas transnacionais, a valorização do mercado acionário e o aumento da confiança empresarial em 2011 irão estimular as operações de fusão e aquisição e os investimentos novos entre fronteiras. No entanto, o retorno ao nível recorde de 2007 a médio prazo parece, agora, mais incerto. A desaceleração que se seguiu à recuperação de 2010 e o aumento da aversão ao risco com a crise das dívidas soberanas na Europa acautelam os investimentos nos países desenvolvidos e retardam a recuperação plena dos fluxos de investimento externo aos níveis pré-crise.

Gráfico 2.1: Evolução dos Fluxos de IED no Mundo
Índice trimestral 2005-2010 (média de 2005=100)



Fonte: Unctad

Resultados gerais de 2010: países em desenvolvimento e em transição superam os desenvolvidos como principal destino do IED

O aumento de 0,7% dos fluxos globais de entrada de IED em 2010 foi sustentado pelos investimentos nos países em desenvolvimento, que cresceram 9,7% em comparação com o ano anterior (ver Tabela 2.1). Os investimentos externos dirigidos aos países desenvolvidos, por outro lado, recuaram quase 7% no período. Com esse resultado, pela primeira vez os fluxos de entrada de IED para as economias desenvolvidas deixou de ser maior que a soma dos fluxos para os países em desenvolvimento e em transição somados (ver Gráfico 2.2). Neste último grupo, os países da Ásia e da Oceania responderam por mais da metade dos investimentos recebidos, sendo que a China sozinha (excluindo Honk Kong) recebeu 30% do total dirigido à região, equivalente a US\$ 101 bilhões. A América Latina e Caribe foi a segunda principal região receptora de investimentos, seguida pelas chamadas economias em transição (sudeste da Europa e comunidade dos ex-membros da República Soviética) e pela África.

Tabela 2.1: Evolução dos Fluxos de IED no Mundo
US\$ bilhões e variação %

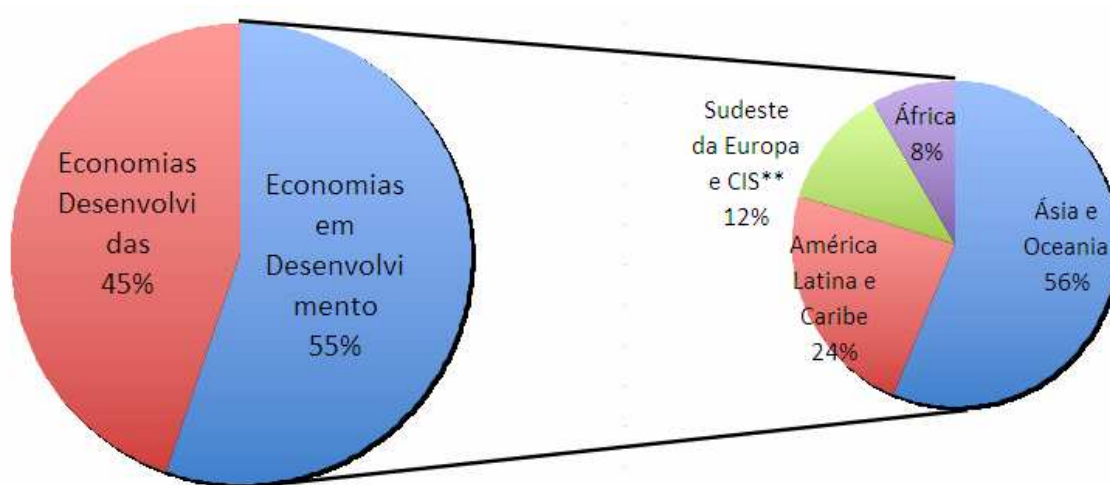
Região	2009	2010*	Var. %
Mundo	1.114,10	1.122,00	0,71
Economias Desenvolvidas	565,90	526,60	(6,94)
Economias em Desenvolvimento	478,30	524,80	9,72
África	58,60	50,10	(14,51)
América Latina e Caribe	116,60	141,10	21,01
Oeste da Ásia	68,30	57,20	(16,25)
Sul, Leste e Sudeste da Ásia	233,00	274,60	17,85
Outras	1,90	1,80	(5,26)
Sudeste da Europa e CIS**	69,90	70,50	0,86

Fonte: Unctad

*Estimativas preliminares para os fluxos de entrada

** Commonwealth of Independent States (reúne ex-membros da República Soviética)

Gráfico 2.2: Distribuição regional dos fluxos de IED em 2010



Fonte: Unctad. Elaboração própria.

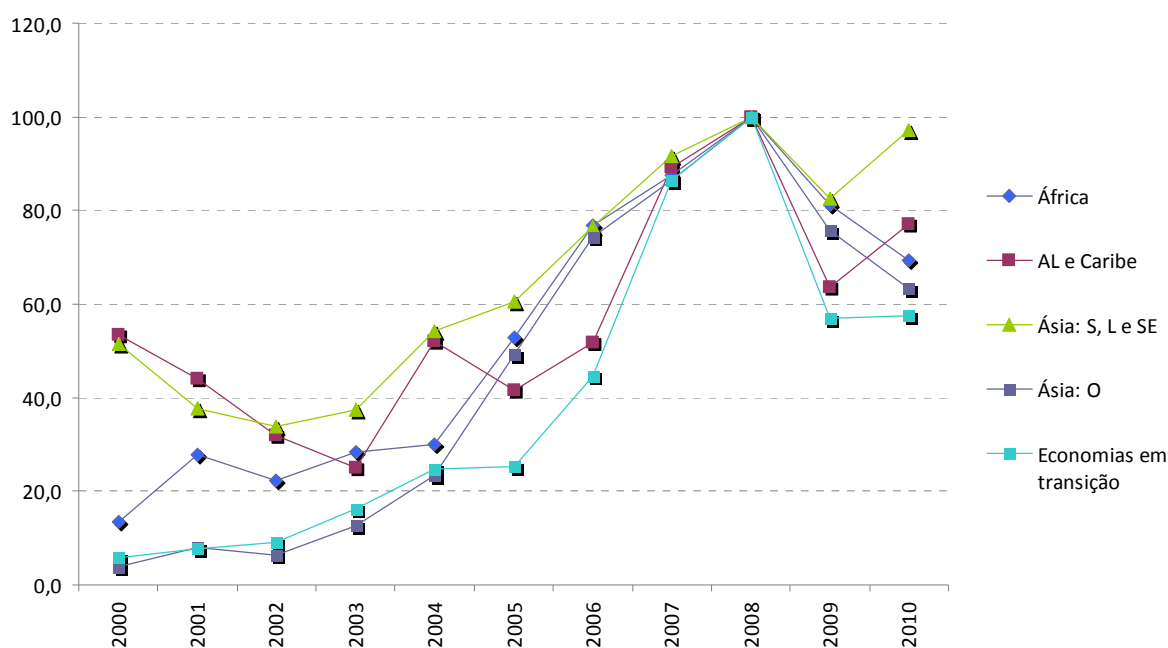
Os fluxos de IED também evoluíram de forma diferenciada dentre os seus componentes (lucros reinvestidos, empréstimos intrafirmas e participações no capital) e dentre os modos de entrada (*greenfield* e fusões e aquisições). Enquanto os lucros reinvestidos praticamente dobraram, na esteira da recuperação econômica e do aumento dos lucros das subsidiárias no exterior, os empréstimos intrafirmas e, em menor extensão, os fluxos referentes às participações no capital, recuaram.

Resultados regionais: fluxos para a Ásia quase recuperam o nível pré-crise

Ainda que, em conjunto, os países em desenvolvimento e as economias em transição tenham registrado um crescimento importante da entrada de IED em 2010, as diferenças regionais são significativas.

O gráfico 2.3 mostra a evolução desses fluxos tomando como base de comparação o ano de 2008. Diferentemente do que ocorreu nos países desenvolvidos, onde a entrada de investimentos externos recuou significativamente, como resultado da crise, nas regiões em que se encontram os países em desenvolvimento e em transição, o ano de 2008 marcou, na verdade, o recorde dos montantes de investimentos recebidos.

Gráfico 2.3: Fluxos de entrada de IED 2000-2010 para regiões selecionadas
Número índice 2008=100



Fonte: Unctad. Elaboração própria.

Em 2009, houve queda da entrada de IED em todas as regiões, ainda que em diferentes intensidades. Em 2010, o resultado regional mais notável foi o do Sul, Leste e Sudeste da Ásia, em conjunto, onde os investimentos se recuperaram e ficaram apenas 3% abaixo do nível recorde de 2008. O crescimento, de cerca de 18%, em comparação com o ano de 2009 foi resultado da expansão significativa da entrada de IED para Cingapura, Hong Kong, China, Indonésia, Malásia e Vietnã, nessa ordem. Já os fluxos para a Índia caíram e resultaram no recuo de 14% do total destinado à região Sul da Ásia, na passagem de 2009 para 2010.

O aumento de 21% dos fluxos de IED para a América Latina e o Caribe, em 2010, foi ainda mais intenso do que para a Ásia, graças ao ímpeto das fusões e aquisições na região, especialmente para os setores de óleo e gás, mineração e alimentos e bebidas. Mas o montante de investimentos recebidos pela região ficou, ainda, 23% distante do pico de 2008.

Os investimentos para a África caíram, em 2010, pelo segundo ano consecutivo, e registraram um montante 30% inferior ao de 2008, quando, graças à intensa busca por recursos naturais na região, alcançaram um nível recorde. O desempenho intrarregional não é uniforme. No Norte, os investimentos parecem ter parado de cair, enquanto na África Subsaariana seguiram em queda significativa, puxados pelos desempenhos na África do Sul e na Nigéria, onde caíram 78% e 60%, respectivamente. Como destacado pela UNCTAD, o aumento do IED para a África proveniente dos países em desenvolvimento da Ásia e da América Latina ainda não foi suficiente para compensar o declínio dos investimentos provenientes das economias desenvolvidas, que ainda respondem pela maior parte dos investimentos que ingressam em vários países da região.

No Oeste da Ásia, os fluxos de ingresso de IED também caíram pela segunda vez, para um nível quase 40% inferior ao de 2008. O desempenho entre os países da região variou de uma modesta recuperação nos Emirados Árabes Unidos, para estagnação no Líbano e queda na Arábia Saudita.

Finalmente, nas economias em transição, onde a queda em 2009 foi mais pronunciada que nas demais regiões, os investimentos externos subiram apenas marginalmente em 2010 (1%) e ainda ficaram mais de 40% abaixo do pico de 2008. O Sudeste da Europa foi intensamente afetado pela crise das dívidas soberanas nos países da União Européia, tradicionalmente, a principal fonte dos investimentos para a sub-região. Como resultado, o ingresso de investimentos externos ali caiu 31%. Por outro lado, a entrada de IED cresceu 5% nos ex-membros da República Soviética (CIS) e 2,5% na Rússia, atraídos pelas boas perspectivas de crescimento local.

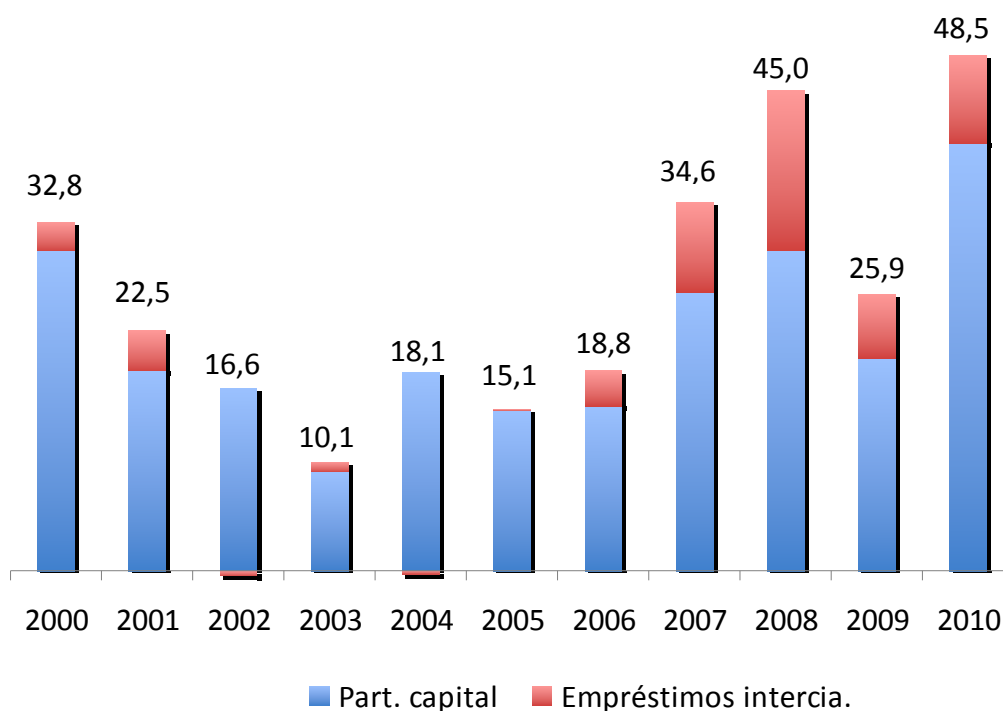
Brasil: entrada recorde de IED em 2010 e expectativa de nova alta em 2011

Pelo quarto ano consecutivo, em 2010, o Brasil foi o principal destino do IED na região da América Latina e do Caribe. Os fluxos líquidos de IED para país totalizaram um volume recorde de US\$ 48,5 bilhões e superaram, em muito, as estimativas iniciais do Banco Central que, em outubro do ano passado, situavam-se em cerca de US\$ 30 bilhões. O recorde anterior de entrada líquida de IED fora de US\$ 45,1 bilhões, em 2008.

O desempenho de 2010 foi puxado pelos investimentos em participações (compra de empresas, ampliação de investimentos já existentes e novos investimentos), que somaram US\$ 40,1 bilhões, mais que o dobro do registrado em 2009 e 34% maior que em 2008 (ver Gráfico 2.4). Os empréstimos intercompanhias, por sua vez, resultaram em entrada líquida de IED de US\$ 8,3 bilhões – um crescimento de 38% em relação a 2009, mas queda de 45% em comparação a 2008, quando as subsidiá-

rias de empresas estrangeiras no Brasil recorreram intensamente a suas matrizes como fonte de financiamento, diante do aperto do crédito na crise.

Gráfico 2.3: Investimentos Brasileiros Diretos no Exterior
US\$ bilhões



Fonte: Unctad. Elaboração própria.

O principal destino dos investimentos líquidos em participações no Brasil, em 2010, foi o setor extrativo, que recebeu 44% do total: o subsetor de petróleo e gás respondeu, sozinho, por mais da metade do total para o setor (56%), seguido pelo subsetor de extração de minerais metálicos (36%). O setor industrial, como um todo, foi destino de 35% da entrada líquida em participações, com destaque para os subsectores de produtos químicos (26% do total para o setor), metalurgia (22%) e coque, derivados de petróleo e biocombustíveis (13%). Por fim, o setor de serviços recebeu 21% do total. Nesse caso, destacaram-se os subsectores de comércio (exceto veículos) e eletricidade, gás e outras utilidades, aos quais se destinaram 27% e 9,5% do total dos investimentos para o setor.

As estimativas da UNCTAD para os fluxos de saída de investimento em 2010 ainda não estão disponíveis por país. Para o Brasil, os dados do Banco Central mostram que os investimentos brasileiros diretos no exterior (IBD) representaram saída líquida de US\$ 11,5 bilhões em 2010. Dentre os componentes do IBD, os investimentos em participações resultaram em saída de US\$ 26,8 bilhões e foram destinados, sobretudo, aos subsectores de serviços financeiros e atividades auxiliares (38% do

total), produtos alimentícios (13%) e metalurgia (6%). Os empréstimos intercompanhias representaram entrada líquida de recursos de US\$ 15,3 bilhões.

As estimativas do Banco Central, de acordo com o Relatório de Inflação divulgado no último mês de março, é de que os fluxos líquidos de IED para o Brasil somem US\$ 55,0 bilhões em 2011 e, portanto, superem em 13% o valor de 2010. Vale registrar que o IED acumulado em 12 meses atingiu o recorde histórico de US\$ 55,7 bilhões em fevereiro. Já para os investimentos brasileiros no exterior, o BC espera queda, para US\$ 5,0 bilhões líquidos, em 2011.

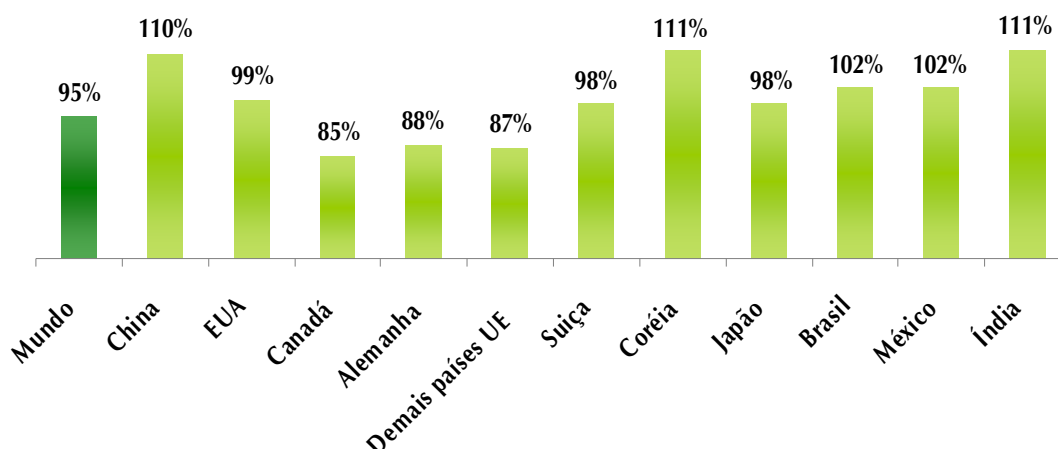
3) COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

O ano de 2010 foi marcado pelo processo de recuperação dos fluxos de comércio após a profunda queda relacionada com a crise econômica internacional. Segundo as estatísticas mensais divulgadas pela OMC, a partir de uma amostra de 70 países que correspondem a mais de 90% do comércio mundial, o total de exportações em 2010 ainda foi abaixo de 2008, mas apenas 5 pontos percentuais menor (ver Gráfico 3.1).

A recuperação ocorreu principalmente na Ásia. As exportações da China alcançaram o recorde histórico de US\$ 1,6 bilhão e consolidaram sua posição de maior exportador mundial. Os demais países asiáticos também mostraram bom desempenho, com taxas de crescimento em torno de 30% em relação ao ano anterior e alguns com expressivas taxas em relação aos números antes da crise. Índia e Coreia do Sul alcançaram exportações 11 pontos percentuais maiores do que em 2008. Apenas o Japão ainda não havia superado as vendas ao exterior aos níveis anteriores, no conjunto de países asiáticos acompanhados pelas estatísticas mensais da OMC, mas quase já as havia igualado.

As exportações dos EUA encontravam-se, no final do ano passado, praticamente iguais ao nível anterior à crise, tendo voltado ao patamar de US\$ 1,3 bilhão. Dentre os grandes exportadores, apenas o Canadá e os europeus ainda estavam significativamente atrás das médias do ano de 2008. Os 27 países da União Européia exportaram o total de US\$ 5,2 bilhões em 2010, contra US\$ 5,9 bilhões em 2008. A maior parcela de “comércio ainda não recuperado” encontra-se nas transações intra-bloco, devido principalmente ao menor ritmo de recuperação econômica - e portanto de retomada das importações - dos próprios países europeus. Tanto a Alemanha quanto os países de menor volume de exportações ainda se encontram com exportações cerca de 10% menores em relação ao ano de 2008. A Suíça, grande exportadora de bens de alto valor agregado, e não membro do bloco, obteve resultados melhores no período.

Gráfico 3.1: Recuperação do comércio em países selecionados
exportações 2010 / exportações 2008



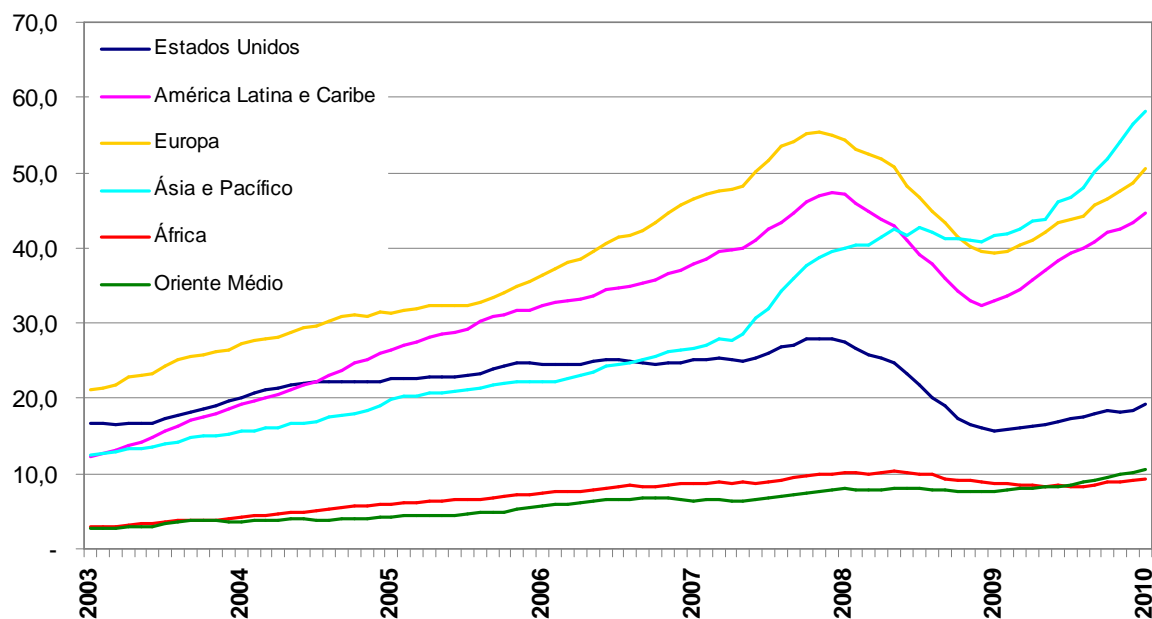
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da OMC

No Brasil, as exportações também já recuperaram os seus valores anteriores à crise: as vendas externas brasileiras alcançaram US\$ 201,9 bilhões no ano de 2010, valor 32% maior do que no ano anterior e recorde histórico. O bom desempenho das exportações brasileiras se manteve ao longo dos três primeiros meses de 2011: US\$ 51,2 bilhões (+ 34,3% em relação ao mesmo período do ano anterior pela média por dia útil). No trimestre, as importações (US\$ 48,1 bilhões) cresceram menos (23,3%) do que as exportações, e o saldo foi positivo em US\$ 3,2 bilhões na balança brasileira.

No acumulado de 12 meses, as importações continuam com taxas de crescimento maiores do que as exportações, de 37,7% e 31,8%, respectivamente. As exportações brasileiras foram de US\$ 213,9 bilhões e as importações, US\$ 161,0 bilhões; a sua soma representa uma corrente de comércio recorde para iguais períodos. O saldo da balança comercial conseguiu se manter acima de US\$ 20 bilhões, valor que vem sendo decrescente ao longo dos últimos anos, mas ainda similar ao verificado em 2003.

Os principais destinos das exportações brasileiras foram os países da Ásia (US\$ 13,4 bilhões) e da América Latina e Caribe (US\$ 12,1 bilhões). As exportações para a China cresceram a expressiva marca de 51% e alcançaram US\$ 7,1 bilhões no trimestre. Outros grupos de destinos também mostram taxas significativas: Argentina (US\$ 4,8 bilhões; + 32,3% pela média diária em relação ao mesmo período do ano anterior), União Européia (US\$ 11,5 bilhões; +29,1%) e África (US\$ 2,6 bilhões; + 39,4%). Os Estados Unidos (US\$ 4,9 bilhões) apresentaram importações com taxas de expansão menores (+14,2%). A trajetória de menor expansão das vendas brasileiras para os EUA já ocorre há alguns anos (ver Gráfico 3.2) e a própria recuperação das exportações do Brasil após a pior fase da crise do comércio internacional mostra maior dinamismo na Ásia, América Latina e no total da Europa (incluída a Oriental).

Gráfico 3.2: Exportações brasileiras por blocos econômicos
(US\$ bilhões acumulados em 12 meses)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC

A composição de destinos é relacionada à evolução da estrutura da pauta brasileira segundo tipos de produtos. O crescimento da Ásia nos últimos anos foi associado ao crescimento de sua demanda por *commodities* e a forte expansão das vendas brasileiras no atendimento de tais mercados. No primeiro trimestre de 2010, os produtos básicos foram os que mais cresceram (+45%; US\$ 22,8 bilhões), seguidos de semimanufaturados (+29%; US\$ 7,3 bilhões) e manufaturados (+15%; US\$ 20,0 bilhões). O principal item foi o minério de ferro, que alcançou o total de US\$ 8,2 bilhões e obteve crescimento de 126% em relação ao ano anterior.

Apesar da grande participação de produtos básicos, o Brasil encontra-se em posição intermediária quando considerada uma medida de complexidade de sua pauta. Recentemente, tem se desenvolvido uma agenda de pesquisa que avalia a complexidade de exportações a partir da quantidade de países que conseguem exportar um tipo de produto (complexidade de produto) e a quantidade de produtos que um país consegue exportar com vantagens comparativas reveladas (complexidade de pauta). Um produto será considerado mais complexo (mais sofisticado) quanto menos países conseguirem exportá-lo; a pauta de exportações de um país será considerada mais complexa quanto mais tipos de produtos diferentes ele conseguir exportar, e mais ainda se conseguir exportar produtos que outros não consigam. Um produto será considerado cada vez mais complexo se exportado por países que apresentem pauta mais diversificada (mais complexa) e assim por diante.

Para classificar 5.107 códigos a seis dígitos do Sistema Harmonizado, Abdon et al. (2010) utilizaram as estatísticas de exportações de 124 países entre os anos de 2001 e 2007, a partir do método, brevemente resumido no parágrafo anterior, pro-

posto por Hidalgo e Hausmann (2009)¹. A intuição por trás desse método é um país ser capaz de produzir e exportar um determinado produto somente se possuir as capacitações específicas necessárias (habilidades técnicas, instituições, máquinas, infraestrutura, matérias primas etc.). Assim, um país com uma estrutura produtiva mais diversificada demonstrará ter mais capacitações. De forma análoga, um produto que esteja presente em um número menor de países requer capacitações mais exclusivas. A complexidade será associada com o conjunto de capacitações requeridas para a elaboração de um produto e disponíveis em uma economia.

Segundo a classificação obtida pelo método, estão entre os produtos mais complexos alguns químicos, máquinas e equipamentos médicos. Destacam-se o cumeno (isopropilbenzeno) e máquinas para fabricação de semicondutores; o comércio internacional de ambos é composto quase exclusivamente por apenas três países (EUA, Japão e Holanda) com vantagens comparativas reveladas. Os produtos são em geral associados a patentes, inovações ou a detenção de processos e tecnologias dominados por poucas empresas. Por sua vez, os produtos menos sofisticados são passíveis de serem produzidos em vários países e principalmente naqueles que apresentam pautas pouco diversificadas. Exemplos situados nesse outro extremo do *ranking* são: madeira, castanhas, mandioca, coco e borracha natural. Os autores encontraram também uma forte relação positiva entre a complexidade de produto e o nível de renda *per capita* dos países.

O método permitiu também classificar os 124 países utilizados nas estatísticas segundo a complexidade de sua pauta de exportações; quanto menor a posição no *ranking*, ou seja, mais próxima à primeira posição, maior é a complexidade imputada à estrutura produtiva do país. Apresentam pautas mais sofisticadas desde alguns dos maiores exportadores mundiais (Alemanha e EUA) até países com menor volume total de vendas (Suécia e Finlândia). Mas todos possuem estruturas industriais altamente desenvolvidas, como pode ser percebido pelo valor adicionado *per capita* de sua produção manufatureira – ver Tabela 3.1. No *ranking* de países, o Brasil situava-se na 30ª posição. Índia e China encontravam-se em posições bastante posteriores, 49ª e 50ª, respectivamente. Os últimos da amostra considerada são Camboja (124ª), Papua Nova Guiné (123ª) e Nigéria (122ª).

¹ Abdon, A., M. Bacate, J. Felipe, and U. Kumar (2010) “Product Complexity and Economic Development” **Working Paper 616**. Annandale-on-Hudson, NY: Levy Economics Institute of Bard College, September

Hidalgo, C. e R. Hausmann (2009) “The Building Blocks of Economic Complexity” **Proceedings of the National Academy of Sciences**, 106 (26): 10.570-10.575

Tabela 3.1: Complexidade da pauta, exportações e produção: países selecionados

Complexidade da pauta (<i>ranking</i> em ordem de-crescente)	Países	Exportações de todos os tipos de produtos em 2010 (em US\$ bilhões)	Valor adicionado da produção manufatureira, em US\$ <i>per capita</i> *
1	Japão	769,8	7.597
2	Alemanha	1.268,1	6.935
3	Suécia	158,6	6.122
4	Suíça	195,4	11.389
5	Finlândia	69,4	7.035
6	EUA	1.278,1	5.755
7	Reino Unido	405,4	3.519
8	Áustria	152,2	7.667
9	Bélgica	412,1	5.472
10	França	520,9	4.050
21	Coréia	466,4	4.270
28	México	298,4	1.344
30	Brasil	201,9	1.033
38	Malásia	198,8	1.792
49	Índia	216,2	169
50	China	1.577,8	1.270
51	Grécia	21,0	2.634
59	Tailândia	195,3	1.326
60	Turquia	114,0	1.239

Fonte: Elaborado a partir de Abdon *et al.* (2010) e informações provenientes do Banco Mundial (*World Development Indicators*) e da OMC (*Short-term Merchandise Trade Statistics*).

* último dado disponível, em sua maioria referente ao ano de 2009.

Box 3.1: Crise econômica e padrão de exportações em países da Europa

A crise econômica que se mostra mais visível na Grécia e Irlanda, mas que também está presente de modo mais intenso em Portugal, Espanha e Itália do que em outros países da Zona do Euro, vem suscitando a controvérsia sobre a falta de competitividade das economias desses países e a necessidade de um ajuste via mercado de trabalho. Devido a todos esses países terem adotado o euro, não é possível uma desvalorização cambial, bem como alguma solução via política monetária, além de, pelo mesmo motivo, a união monetária impor rigidez fiscal.

Uma redução do preço da mão de obra seria, portanto, a única resposta para melhorar a competitividade dos países e auxiliar a recuperação de suas economias. Felipe e Kumar* argumentam, porém, que a principal causa da falta de dinamismo de tais países está na estrutura de sua pauta de exportações e não no fato de sua mão de obra ser cara ou sua produtividade do trabalho não ter aumentado. Os países mencionados apresentariam concentração em segmentos de menor complexidade ou menor variedade de itens nos produtos com maiores vantagens comparativas reveladas.

Os principais componentes de suas exportações são manufaturas produzidas por muitos outros países, dentre os quais estão os de salários mais baixos no mundo. Reduzir os custos de produção não permitiria que eles competissem melhor com a Alemanha, por exemplo, pelo simples motivo que a pauta de exportações deles é diferente: as exportações alemãs constituem-se majoritariamente de produtos mais sofisticados. E dificilmente os salários poderiam ser reduzidos a ponto de torná-los competitivos em relação à China ou outros países que apresentam padrões de pauta similares aos do sul da Europa. A redução de salários, por sua vez, apresentaria o efeito colateral de diminuir a demanda interna, o que agravaria ainda mais a crise econômica.

* Felipe, J. e U. Kumar “Do some countries in the Eurozone need an internal devaluation? A reassessment of what unit labour costs really mean”, VoxEu.org, 31 de março de 2011

MATÉRIA ESPECIAL

Exportações brasileiras de bens de capital para a África: aspectos gerais, composição e principais destinos.

**Alexandre Lautenschlager
Fabrício Cattermol²**

Sob a influência da crise internacional, o mundo desenvolvido experimentou nos últimos três anos uma queda em sua atividade econômica que não era vista desde o período do entre guerras. Países emergentes, por outro lado, mostraram grande variabilidade em sua reação a essa conjuntura excepcional. Enquanto algumas nações mais diretamente dependentes do consumo americano ou europeu (e.g. México e Turquia) foram fortemente afetadas, outras se mantiveram resilientes em meio à turbulência, escoradas principalmente pela constante necessidade chinesa e indiana de *commodities*. Nesse sentido, a África é um dos continentes mais beneficiados pela continuada ascensão das duas potências asiáticas. Partindo de patamares muito reduzidos da renda, a maioria dos países africanos aumentou seu PIB em ritmo acelerado desde o início da década e a região como um todo manteve taxas positivas mesmo durante o período mais turbulento do último trimestre de 2008 até o fim de 2009.³

No futuro próximo, o cenário para as economias africanas se mantém positivo na medida em que minérios e combustíveis, as duas maiores categorias na pauta de exportações da região, devem continuar com sua demanda aquecida. Confirmadas as expectativas expressas pelo mais recente *World Economic Outlook* do FMI, o PIB da

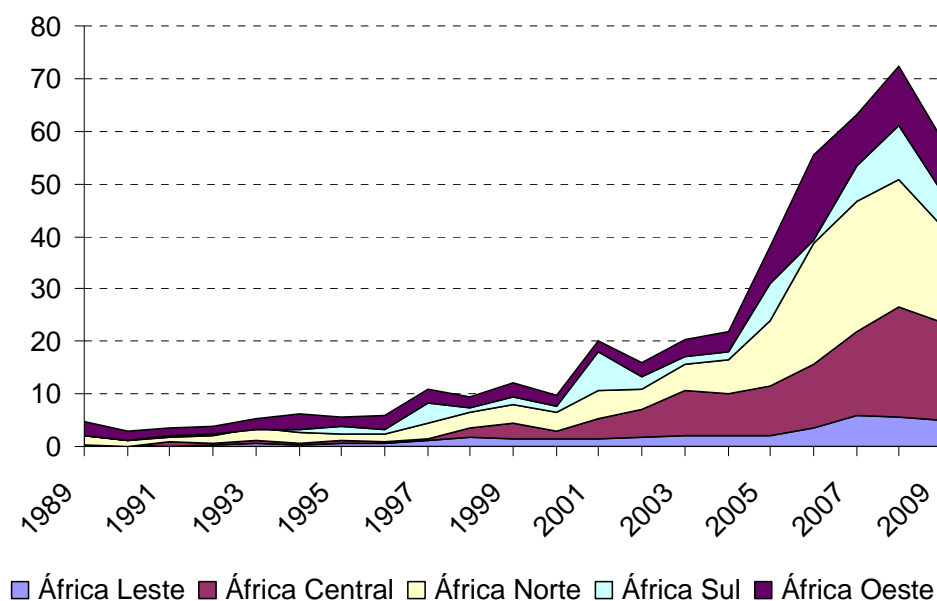
² Respectivamente, economista e gerente da Área de Comércio Exterior do BNDES.

³ Como observado pela revista *The Economist* em sua edição de 8/jan/2011 (“*The lion kings?*”), as estatísticas precisam ser contextualizadas pelo fato de que muitos dos países africanos ainda transitam por uma fase de refinamento no cálculo estatístico de seus agregados macroeconômicos. O artigo cita especificamente o exemplo da revisão positiva do PIB de Gana em 75% no ano passado, tão somente pela inclusão de novos setores, como telecomunicações.

África Subsaariana crescerá, em média, 5,6% a.a. até 2015. Países localizados na parte norte do continente teriam desempenho praticamente idêntico, de 5,5% a.a. Assim, considerando a construção e amadurecimento de instituições essenciais à estabilidade, a transição de alguns países a sistemas democráticos de governo e o processo de renovação e ampliação da infraestrutura local, o mercado africano se destaca como um dos mais ricos potenciais na economia global.

O diagnóstico é confirmado pela dedicação com que investidores internacionais têm buscado garantir posições estratégicas na África. Dados da UNCTAD sobre o investimento direto externo (IDE) nos países africanos mostram a recente evolução exponencial do volume líquido de recursos aplicados anualmente (Gráfico 1). De um valor inferior a US\$ 5 bilhões no início dos anos 1990, investimentos cresceram e tiveram um pico em 2008 de US\$ 72,2 bilhões, antes de se retrair logo em seguida no contexto de menor liquidez da crise. Mais especificamente, os fluxos foram mais positivos majoritariamente nas porções Norte e Central.

Gráfico 1: Investimento Direto Externo na África, 1989 – 2009
(US\$ bilhões)



Fonte: UNCTAD

Portanto, é necessário dedicar atenção ao perfil do relacionamento do Brasil com países africanos. Nos últimos anos, a diplomacia brasileira intensificou sua atuação no continente, abrindo novas embaixadas ou agendando visitas presidenciais acompanhadas pelo empresariado nacional. Ainda parece cedo para se chegar a uma conclusão quanto à eficácia de tais esforços em fortalecer os laços comerciais e financeiros através do Atlântico, mas a informação estatística disponível permite fazer algumas considerações quanto à composição e dinâmica recente das exportações destinadas para a África. O presente trabalho busca fornecer uma primeira aproximação ao detalhamento setorial das vendas de bens de capital brasileiros (e suas partes e peças),

explicitando também seus principais destinos.⁴ Primeiramente, é feita uma breve descrição da dinâmica recente do comércio mundial com a África, chamando a atenção para a participação relativa dos principais países fornecedores das importações africanas. A seguir, são tratadas as exportações brasileiras. Por último, a conclusão resume os principais pontos da análise e propõe um possível caminho de desenvolvimento para pesquisas futuras.

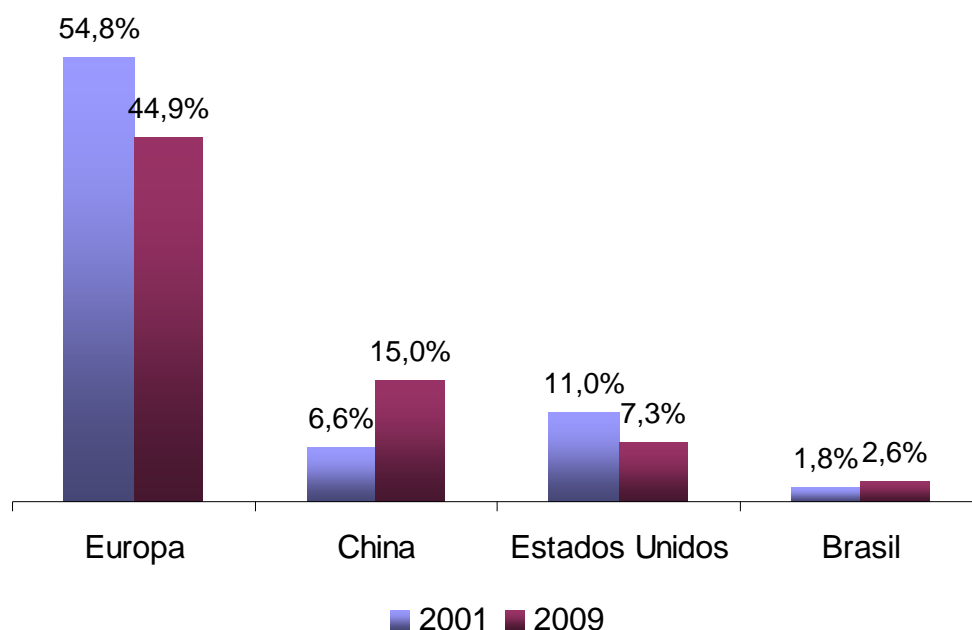
Dinâmica recente das exportações mundiais para a África

Segundo dados do UNcomtrade, a soma das exportações mundiais para países africanos se multiplicou em 3,4 vezes no intervalo entre 2001 e 2008, totalizando US\$ 344,2 bilhões nesse último ano. O valor foi diminuído a US\$ 236,0 bilhões no ano retrasado, mas manteve o crescimento em 136,1% com relação ao início da década. Descontados os mercados de menor porte, saltos particularmente expressivos nas compras de fora da África foram registrados por Angola e Líbia, cujas importações variaram a uma taxa média de 17,7% a.a. e 15,8% a.a. desde 2001. No começo do período, a parcela que o conjunto desses dois países ocupava no total importado era inferior a 6%, enquanto no último ponto da série já superam 10%. As três nações com maior representatividade na pauta em 2009 são, por ordem, África do Sul (15,4%), Egito (13,8%) e Argélia (10,7%).

Analisado pelo ângulo dos fornecedores, o rápido movimento de expansão das importações africanas se associou a uma mudança na ordenação dos principais parceiros comerciais (Gráfico 2). Em 2001, os países europeus detinham mais da metade das exportações destinadas à África, seguidos pelos Estados Unidos, cujo *market share* era pouco maior que 10%.⁵ Naquele primeiro momento, a China detinha cerca de 6,6% do total. Porém, nos oito anos que se seguiram, europeus e americanos perderam espaço no mercado africano, ao passo que chineses avançaram constantemente até atingirem 15% em 2009, usurpando a segunda colocação. Graças ao tamanho de sua vantagem, a posição européia manteve sua predominância em 44,9%, apesar da diminuição relativa em quase 10 p.p. Comparativamente, o *market share* brasileiro obteve ganho que o elevou de 1,8% a 2,6%.

⁴ São excluídas apenas as exportações de aeronaves, porque sua dinâmica se desenvolve de modo distinto ao dos outros bens de capital que são o objeto de estudo do texto.

⁵ O grupo europeu citado diz respeito aos países incluídos nas regiões Norte, Sul e Oeste da Europa, conforme a definição da ONU disponível em: <http://millenniumindicators.un.org/unsd/methods/m49/m49regin.htm>.

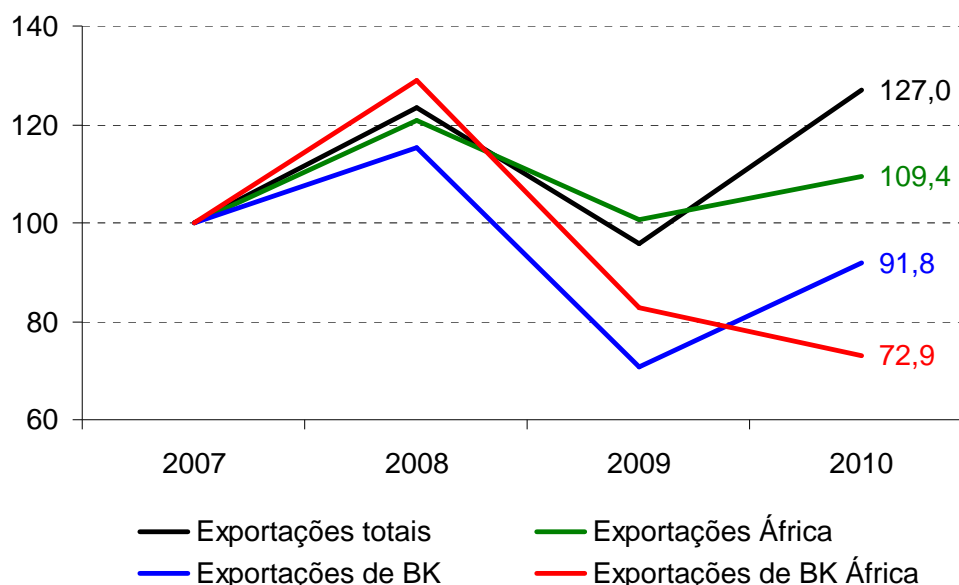
Gráfico 2: Market-share nas exportações mundiais para a África, 2001-2009

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do UNcomtrade.

As exportações brasileiras de bens de capital para a África: composição

No horizonte mais curto dos últimos quatro anos, as exportações brasileiras apresentaram uma previsível oscilação devido às condições excepcionais da conjuntura internacional. Dessa forma, o valor total exportado de US\$ 197,5 bilhões em 2010 é pouco superior aos US\$ 192,0 bilhões de 2008, mas mostra uma recuperação importante contra os US\$ 148,8 bilhões do ano anterior, durante o auge da crise. A presença dos destinos na África é historicamente modesta e ano passado correspondia a 4,6% do total, após atingir um pico recente de 5,7% em 2009. Em tal subgrupo a representação das vendas de bens de capital, de 13,5% do total no ano passado, está acima da média da pauta geral, de 11,4%. Contudo, ambas as estatísticas eram sensivelmente maiores em 2008, de 21,6% e 14,8%, respectivamente. Tendo como base de comparação o ano de 2007, as vendas de produtos brasileiros aos países africanos no fim de 2010, quando medidas por seu valor total, ainda não haviam recuperado seu nível pré-crise e, no caso específico dos bens de capital, tiveram desempenho pior do que no ano ruim de 2009 (Gráfico 3).

Gráfico 3: Exportações brasileiras totais e de bens de capital, 2007 – 2010
(2007 = 100)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do sistema ALICE.

Desagregando o dado de 2010 por categorias, verifica-se que as compras de bens de capital por países africanos são compostas quase que exclusivamente por máquinas e equipamentos, ônibus, caminhões e comerciais leves e partes e peças de veículos. Juntos esses três conjuntos de produtos responderam, em média, por 92,5% da pauta nos últimos quatro anos (Tabela 1)⁶. Ônibus, caminhões e comerciais leves mantiveram a liderança até 2008, mas foram suplantados na crise econômica por máquinas e equipamentos, que além de terem sofrido menor declínio no ano retrasado, também registraram recuperação mais rápida. Entre os outros agrupamentos de menor representatividade, veículos e equipamentos rodoviários mantiveram um patamar estável de exportações de 2007 a 2009, mas mostraram um surpreendente aumento em 2010, quando mais que duplicaram o valor comercializado com relação a seu pico anterior. Em contraste, metalurgia e produtos de metal e material eletrônico e de comunicação tiveram desempenho visivelmente pior, caindo continuamente no período em análise. Proporcionalmente, suas exportações no último ano correspondem, respectivamente, a apenas 12,3% e 13,3% dos valores registrados em 2007.

⁶ Nas exportações brasileiras de bens de capital para o mundo, a participação conjunta dessas três categorias é um pouco inferior, equivalente a 84,4% na média dos últimos quatro anos.

Tabela 1: Exportações brasileiras de bens de capital para a África por categorias, 2007 – 2010
(US\$ milhões)

	2007	2008	2009	2010
Máquinas e equipamentos	503,8	800,6	583,5	502,4
Ônibus, caminhões e comerciais leves	717,8	917,5	530,2	409,4
Partes e peças de veículos	307,2	334,9	203,7	219,4
Veículos e equipamentos ferroviários	38,4	48,4	21,0	82,1
Metalurgia e produtos de metal	80,9	52,3	42,2	10,0
Instrumentos óticos, médicos e de precisão	4,7	8,9	6,9	5,2
Material eletrônico e de comunicação	33,5	13,1	11,8	4,4
Máquinas de escritório e informática	3,9	5,3	3,1	0,9
Embarcações	3,0	0,3	0,1	0,2
Material elétrico	0,0	0,1	0,0	0,0
Total	1.693,0	2.181,3	1.402,5	1.234,0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do sistema ALICE.

As exportações brasileiras de capital para a África: destinos

A distribuição geográfica das exportações de bens de capital para a África é também fortemente concentrada. Dos 52 países compradores de produtos brasileiros no continente durante os últimos quatro anos, apenas oito apresentaram um valor médio anual superior a US\$ 30 milhões entre 2007 e 2010. África do Sul e Angola se destacam como principais destinos, respondendo por 75,2% do total importado por esse grupo no período (Tabela 2).

Tabela 2: Exportações brasileiras de bens de capital para a África por destino, 2007 – 2010
(US\$ milhões)

	2007	2008	2009	2010
África do Sul	767,3	833,1	524,8	545,1
Angola	460,5	774,5	446,1	209,7
Nigéria	114,4	120,9	75,3	127,6
Egito	76,5	132,1	93,5	83,5
Quênia	30,9	31,1	31,2	38,6
Argélia	25,6	42,9	25,0	38,2
Tunísia	8,7	8,5	9,4	29,8
Marrocos	54,0	77,9	58,4	18,2
Guiné Equatorial	14,6	13,1	10,9	16,4
Sudão	18,9	26,4	22,3	16,3
Demais	0,1	0,1	0,1	0,1
Total	1.693,0	2.181,3	1.402,5	1.234,0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do sistema ALICE.

A composição da demanda apresenta algumas diferenças relevantes entre os quatro principais destinos, resumidos na Tabela 3. Importações sul-africanas de bens de capital apresentam maior participação de ônibus, caminhões e comerciais leves, mas também registram valores importantes para partes e peças de veículos e máqui-

nas e equipamentos. Ao longo do tempo, tal padrão é razoavelmente constante, com todas as categorias sendo negativamente afetadas pela crise internacional em 2009. Angola, por sua vez, é compradora predominantemente de máquinas e equipamentos, mas até 2009, ônibus, caminhões e comerciais leves era uma categoria igualmente importante, tendo liderado as exportações para o país em 2007 e 2008. O quadro se alterou apenas no ano passado, quando esse tipo de exportações caiu mais de 88,5%, para apenas US\$ 20,1 bilhões. O Egito repete o padrão da África do Sul, com a diferença de que máquinas e equipamentos suplantavam partes e peças de veículos somente até 2009, quando as categorias inverteram posições no segundo e terceiro lugar do *ranking*. Por último, importações nigerianas também se concentravam em ônibus, caminhões e comerciais leves e máquinas e equipamentos, mas 2010 foi marcado pela venda de veículos e equipamentos ferroviários, cujo valor superou US\$ 71 milhões. Neste caso, as transações podem ser creditadas à renovação das linhas férreas nacionais pela *Nigerian Railway Corporation*, que conta com o fornecimento de locomotivas pela subsidiária brasileira da *General Electric Transportation*.⁷

Tabela 3: Exportações brasileiras de bens de capital por categorias para destinos selecionados, 2007 – 2010 (US\$ milhões)

África do Sul				
	2007	2008	2009	2010
Ônibus, caminhões e comerciais leves	303,4	330,3	241,6	238,3
Partes e peças de veículos	248,7	230,5	130,9	156,0
Máquinas e equipamentos	181,0	252,0	144,3	141,9
Demais	34,2	20,2	8,0	8,9
Angola				
	2007	2008	2009	2010
Máquinas e equipamentos	140,9	309,5	175,5	151,7
Partes e peças de veículos	24,0	56,6	36,1	25,0
Ônibus, caminhões e comerciais leves	198,4	333,4	175,4	20,1
Demais	97,2	75,1	59,1	12,9
Egito				
	2007	2008	2009	2010
Ônibus, caminhões e comerciais leves	50,0	75,9	36,1	47,0
Partes e peças de veículos	12,0	24,8	17,3	22,1
Máquinas e equipamentos	11,7	23,9	34,1	13,2
Demais	2,8	7,6	6,0	1,2
Nigéria				
	2007	2008	2009	2010
Veículos e equipamentos ferroviários	0,0	0,0	0,0	71,6
Partes e peças de veículos	70,5	80,1	42,0	33,5
Máquinas e equipamentos	25,7	23,9	24,1	15,9
Autopeças	7,4	12,4	8,6	4,8
Demais	10,8	4,5	0,6	1,9

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do sistema ALICE.

⁷ Informação divulgada em *press release* da *General Electric*, disponibilizado através de seu site na internet (<http://www.ge.com/news/index.html>), em 5 de fevereiro de 2010.

Considerações Finais

A tabulação dos dados realizada nas seções anteriores permitiu definir algumas das características das exportações brasileiras para a África no segmento de bens de capital, que poderão ser aprofundadas em trabalhos futuros utilizando séries históricas mais longas e com maior desagregação.

Primeiramente, e talvez mais importante, o valor das vendas brasileiras ao mercado africano diferem da pauta geral e do comércio com outras regiões à medida que, ao final de 2010, ainda não haviam retornado ao patamar registrado antes da crise internacional. Em parte, a dinâmica é parcialmente explicada pelas perspectivas ainda incertas do comércio global. Também é necessário lembrar que nos últimos anos se acirrou a concorrência entre os produtores de bens de capital pela escassa demanda remanescente, favorecendo uma significativa queda nos preços. Assim, na hipótese de que a quantidade de bens exportados não tenha sido alterada, os valores totais apurados apresentariam declínio com relação aos anos anteriores. Entretanto, dada a especificidade da dinâmica do comércio com a África, seria prematuro descartar a possibilidade de uma perda no *market-share* dos exportadores brasileiros nesse segmento de bens.

Em segundo lugar, as estatísticas mostram que as exportações se concentram em um conjunto razoavelmente restrito de categorias e países, mas existe certa variabilidade em qual tipo de produtos é mais demandado em cada um dos mercados individuais.

Finalmente, casos como o da Nigéria, ressaltam a dificuldade de analisar setorialmente a composição das exportações quando o valor total transacionado é pequeno e, portanto, sensível a fortes alterações com a concretização de um único grande contrato.